

# A 'Perrier' dos índios guarani

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – Os índios guaranis do Paraná querem virar empresários. Pediram ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) licença para explorar e engarrafar água mineral. O projeto, que inclui no futuro uma pequena fábrica de guaraná, conta com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas pode esbarrar em restrições – especialmente o Estatuto do Índio, que será votado no Congresso.

Os índios moram na reserva Laranjinha, a 120 quilômetros de Londrina, uma área que engloba partes dos municípios de Santa Amélia e Abatiá. Há oito anos, os índios perfuraram um poço na aldeia. O riacho estava contaminado e as crianças morriam com viroses. A água do poço, a cerca de 40 metros de profundidade, pulou dois metros acima do nível do solo e surpreendeu os geólogos pela pureza e pela composição dos nutrientes. O poço tem uma vazão

de 150 metros cúbicos por hora e hoje a maior parte da água mineral é desperdiçada.

Para transformar a água num negócio, os índios criaram a Cooperativa de Mineração Porã da Comunidade Guarani da Terra Indígena Laranjinha-PR (Coomporã). A aldeia – com mais de 50 famílias, cerca de 250 pessoas –, está procurando um sistema que possa engarrafar ao mesmo tempo água mineral e guaraná, segundo o presidente da organização, Dênis Uikã. Aculturados, os guaranis já mantiveram contatos com alguns parlamentares para incluir uma emenda no orçamento da União e garantir os recursos para o projeto.

Caso não consigam dinheiro público, vão procurar ajuda na iniciativa privada. Eles já foram assediados por representantes de uma cervejaria brasileira e de uma multinacional sueca de leite, interessadas em explorar a água mineral. “Já conseguimos R\$ 150 mil para o projeto”, disse Uikã, sem dar os detalhes.



Por enquanto, os índios são orientados apenas pela Funai. O geólogo Múcio Nobre, do Departamento do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, é um dos especialistas envolvidos no projeto. “Os índios querem aproveitar a chance para escapar do paternalismo”, diz Nobre. “Este é um verdadeiro projeto de auto-sustentabilidade em um aldeia indígena.”

Os guaranis vão montar projetos de capacitação e gerenciamento de recursos hídricos como forma de administrar os negócios. O engarrafamento da água, segundo eles, é um meio de dar sustentabilidade a uma tribo que já não tem muito espaço para plantio. Apesar de englobar áreas de dois municípios paranaenses, nem todas as terras da aldeia são agricultáveis.

Técnicos da Funai afirmam que a água conteria substâncias “medicamentosas”. Nobre confirma, mas não revela o resultado das análises. Segundo os técnicos da Funai, a mina descoberta pelos índios ficaria num dos pontos

mais superficiais do chamado Aquífero Guarani, um gigantesco reservatório de águas potáveis subterrâneas que beneficia quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Em alguns locais, só são atingidas com poços de dois mil metros de profundidade. A origem exata do líquido só será revelada depois de uma série de análises. Os testes nem começaram a ser feitos.

Dênis Uikã afirmou que o requerimento de pesquisa no DNPM serve ao mesmo tempo como início concreto do projeto de engarrafamento de água mineral e de entrave às invasões do território por empresas privadas. Os índios estão preocupados com a votação do Estatuto do Índio, que tramita na Câmara.

O Estatuto não garante em nenhum dos artigos prioridade aos índios na utilização dos territórios. No texto analisado pelo Congresso, um artigo define em 2% o percentual de participação deles nas empresas que irão explorar concessões de lavras.